



**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
CARLOS BARBOSA - RS**

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE ORÇAMENTÁRIO

PROJETO DE LEI Nº: 81/2020

EMENTA: Institui a Procuradoria-Geral do Município de Carlos Barbosa-RS, e dá outras providências.

PROPONENTE: Poder Executivo

RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 81/2020 visa obter aval legislativo para a criação da Procuradoria-Geral do Município de Carlos Barbosa-RS e dá outras providências. O projeto é amplo e visa criar e normatizar a Procuradoria-Geral no Município. Em que pese as vastas arguições trazidas ao projeto, vale frisar tópicos a serem melhor analisados. Obviamente a Procuradoria-Geral que o projeto tenciona criar é assunto relevante e de muita importância, como observado no projeto como um todo. Ocorre que estamos há menos de trinta dias do fim de um mandato do chefe do Executivo, e novo mandatário irá assumir no próximo dia primeiro de janeiro do ano vindouro, o que por si só, seria motivo para uma análise minudenciada, também por parte da nova equipe a assumir a Prefeitura Municipal. Ainda, há seguramente aumento de despesas na criação de uma FG 9, diga-se de passagem, a maior FG prevista na lei 685/1990, o que pode conflitar com legislação federal que veta aumento de despesas para os próximos anos. É trazido ao projeto o intento de extinguir cargo de assessor Jurídico da Secretaria de Saúde, todavia, volta-se a frisar, tal deliberação, entendo ser também de acordo com o futuro chefe do executivo ao tomar posse em poucos dias. A definição de 25% da carga horária não presencial também é questão que deve ser ponderada; terá que haver alguém a atestar que a referida carga horária foi desempenhada fora da Prefeitura. Assim é decisão que cabe ao novo gestor se o melhor para esta situação é a redução da hora presencial, conforme prevê o projeto, ou a liberação de ponto através de Decreto, considerado o serviço desempenhado pelo procurador. Ainda, a questão da regulamentação dos honorários de sucumbência, embora a recente decisão do STF noticiada na Exposição de Motivos, não há segurança jurídica para compreender que esta percepção, já que depende de lei autorizativa, não venha a colidir com as vedações da Lei Complementar 173/2020. Em razão do breve apanhado acima, muito embora, volto a repetir da importância de dito projeto, esta comissão não entende ser o momento oportuno, motivo pelo qual entendemos ser prudente, no momento, a rejeição do projeto em tela.

Carlos Barbosa, 01 de dezembro de 2020.

Vereador **LUCIANO BARONI**
Relator

VOTO DO RELATOR

Favorável ao envio para votação em plenário.



Com estas considerações voto pela () aprovação (☒) rejeição da proposição em análise.



**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
CARLOS BARBOSA - RS**

Carlos Barbosa, 01 de dezembro de 2020.


Vereador LUCIANO BARONI
Relator

VOTO DO PRESIDENTE

- ☒ De acordo com o relator
() Contrário ao relator pelas seguintes razões:

Carlos Barbosa, 01 de dezembro de 2020.


Vereador ENIO GROLLI
Presidente

VOTO DO MEMBRO

- ☒ De acordo com o relator
() Contrário ao relator pelas seguintes razões:

Carlos Barbosa, 01 de dezembro de 2020.


Vereador FABIO DOLZAN
Membro